



CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM HANNAH ARENDT

Bruno Abnner Lourenzatto Silveira
Doutorando em História
Universidade Federal de Goiás
bals88@gmail.com

RESUMO

Este trabalho procurou estabelecer diálogos com a concepção de História em Hannah Arendt, sobretudo tendo como base seu texto “O conceito de História – Antigo e moderno”. A autora realiza neste texto uma comparação entre a concepção de História entre modernos e os antigos, recuando aos gregos e romanos para alertar que ao adotar a noção de processo acaba-se por excluir o sentido particular e singular dos eventos. A impressão que fica ao examinarmos este texto de Hannah Arendt é que a autora está, ao criticar uma concepção de História moderna, interessada em uma concepção de História que tenha capacidade de destacar a singularidade dos acontecimentos. Esta impressão é situada dentro de um arranjo maior aonde Hannah Arendt pode ser inserida, que é sua intensão e pressuposto dos eventos totalitários como um elementos de ruptura com a continuidade da História ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: Hannah Arendt. Escrita da História. Totalitarismo

INTRODUÇÃO

Esta comunicação intitulada “Concepção de História em Hannah Arendt” certamente não irá dar conta desta tarefa imensa que seria apontar uma definição para a História nos escritos desta autora. Uma certeza que temos ao trabalhar com os textos de Arendt é a de que ela não está tão preocupada em definir nada, logo, seria pretensão nossa apontar, por exemplo, “a história é isso ou a história é aquilo” para Hannah Arendt. Por outro lado, entendo que é uma tarefa possível pensar e elaborar, por exemplo, como se apresenta o conceito de História no pensamento de Arendt, ou então, qual a relação da concepção de História que a atora aborda com os pontos de sua teoria política.

Nesse sentido, fica claro que a tarefa de pensar a concepção de História em Hannah Arendt, pelo menos para um trabalho de fôlego, permeia escolhas de pesquisa que passam por definições, problemas e questões de ordens diversas dado a pluralidade do pensamento desta teórica política do século XX. E, sendo assim, também é preciso deixar claro para o leitor quais são os pontos que o trabalho pretender ligar e os problemas que procurará resolver.

Como não é o caso aqui, pelo menos ainda, de um trabalho de fôlego, o que pretendo é compartilhar com vocês um trabalho de base que procurou de maneira detalhada olhar para um

texto específico de Arendt que é o “O conceito de História – Antigo e Moderno” presente na obra *Entre o passado e o futuro*.

Para discutir o conceito de História em sua vertente Antiga e Moderna, Arendt inicia com Heródoto, apontando que o considerado “pai da história” em Guerras Pérsicas anuncia que seu objetivo ali seria o de preservar aquilo elaborado pelos homens de modo que, portanto, o tempo não eliminasse os feitos humanos. Essa missão da história, apontada por Heródoto, está conectada com a perspectiva grega de natureza e imortalidade. As coisas humanas, atos e palavras, precisam de recordação e, portanto, da História caso queiram se perpetuar. Diferente das coisas da natureza que eram, aos olhos gregos, consideradas imortais.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Tudo aquilo considerado vivo, inclusive o homem enquanto gênero humano, como o próprio Aristóteles afirmou, estava incluído no “âmbito do ser-para-sempre” (p. 70) através do “ciclo repetitivo da vida” (p. 70) garantido pela natureza. Sendo imortais, então, as coisas da natureza não correriam o risco de serem esquecidas. Porém, esta eterna repetição:

“(…)evidentemente, ela não imortaliza homens individuais; ao contrário, incrustada em um cosmo em que todas as coisas eram imortais, foi a mortalidade que se tornou a marca distintiva da existência da existência humana. Os homens são “os mortais”, as únicas coisas mortais que existem tão-somente enquanto membros de espécies e não como indivíduos. A mortalidade do homem repousa no fato de que a vida individual, uma *bíos* com uma história de vida identificável do nascimento à morte, emerge da vida biológica, *dzoé*. Essa vida individual distingue-se de todas as outras coisas pelo curso retilíneo de seu movimento, que por assim dizer secciona transversalmente os movimentos circulares da vida biológica.” (ARENDRT 2013, p. 71)

O homem enquanto indivíduo não estaria dentro deste ciclo de eterna repetição. Pelo contrário, este emerge de uma vida biológica com uma história particular que é iniciada com o nascimento e finda-se com sua morte. Em um universo aonde tudo se repetia de modo circular, a vida humana seria uma linha retilínea que corta o ciclo da natureza. Os feitos dos mortais seriam algo único na terra. Cada gesto ou palavra residem no universo do particular e singular, ao contrário do natural e repetível. Sendo assim, a tarefa da história seria a de, captar e guardar os feitos humanos e guarda-los dentro do inesquecível, por assim dizer.



Depois de debater esta concepção e natureza e imortalidade para os gregos, e situar o homem enquanto indivíduo no campo da vida biológica, logo mortal e portando singular, a autora encaminha sua reflexão para a narrativa histórica. A autora irá apontar uma ruptura com esta concepção de História que flertava com uma ação ou fato que não poderia ser incluído dentro de um sistema ou processo, mas sim, todavia, uma narrativa história que buscava sempre o que recortava o retilíneo circular da natureza. A narrativa histórica deveria vocalizar sempre o singular e única que não dependiam de origem ou processo algum. Seguindo este raciocínio, uma concepção antiga de História, aqui analisada basicamente sob a perspectiva grega, entende que a narrativa histórica se instala com um olhar voltado para o singular, para o irreparável e não para uma perspectiva processual ou para uma totalidade abrangente. “O tema da História são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras” (2013, ARENDT, p. 72).

E a História Moderna, quando consolidou-se um modo de pensar a História como processo histórico constata que:

“ (...) a respeito do destino histórico das nações, sua ascensão e seu declínio, onde ações e eventos particulares seriam engolfados em um todo, admitiu-se imediatamente que esses processos teriam que ser circulares. O movimento histórico começou a ser construído à imagem da vida biológica. Nos termos da Filosofia antiga, isso podia significar que o mundo da História fora reintegrado no mundo da natureza, o mundo dos mortais no universo que existe para sempre.” (ARENDT 2013, p.72)

Rompeu-se aí, para Hannah Arendt um pressuposto fundamental para a escrita da história que residia na diferenciação entre mortalidade dos homens e imortalidade da natureza, pressuposto este colocado desde o início da História ocidental. Sendo assim, a tarefa da história a qual até então era a de garantir que o as situações humanas, palavras e feitos, ficassem guardadas na memória, ou nas palavras da própria Arendt, “perdurar na recordação”, passou a atuar de uma diferente maneira. Portando, História e natureza eram esferas separadas, apesar de ambas remeterem aos feitos que deveriam se eternizar. Nesse sentido, para a autora:

“Através da História os homens se tornam quase iguais à natureza, e unicamente os acontecimentos, feitos ou palavras que se ergueram por si mesmos ao contínuo desafio do universo natural eram os que chamaríamos históricos. Não apenas o poeta Homero e o contador de estórias Heródoto, mas mesmo



Tucídides, que em um estilo muito mais sóbrio foi o primeiro a estabelecer padrões para a Historiografia, diz-nos explicitamente, no início de *A Guerra do Peloponeso*, ter escrito sua obra por causa da “grandeza da guerra”, e porque “esse foi o maior movimento conhecido na História, não apenas dos helenos, mas de uma grande parte do mundo bárbaro... e praticamente da humanidade.” (ARENDDT 2013, p. 77)

Ao que parece, seguindo a esteira argumentativa da autora, a singularidade dos feitos e atos humanos retratados pela narrativa histórica eram eventos que beiravam, ou assim eram vistos, como algo que se aproximava da imortalidade da natureza. Só a recordação não bastava, era preciso um saber que desse conta dessa função de registrar os feitos humanos e guarda-los na eternidade, por assim dizer. A questão da grandiosidade e eternidade é fundamental:

“A preocupação com a grandeza, tão proeminente na poesia e historiografia gregas, baseia-se na estreitíssima conexão entre os conceitos de natureza e de História. Seu denominador comum é a imortalidade. Imortalidade é o que a natureza possui sem esforço e sem assistência de ninguém, e imortalidade é, pois, o que os mortais precisam tentar alcançar se desejam sobreviver às coisas às coisas que os circundam e em cuja companhia foram admitidos por curto tempo. A conexão entre História e natureza, pois, de maneira alguma é uma oposição. A História acolhe em sua memória aqueles mortais quem através de feitos e palavras, se provaram dignos de natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre.” (ARENDDT 2013 p.78)

Mas e a concepção moderna de História? Afinal, a qual fator Hannah Arendt atribui essa reviravolta na História? Para a autora, o moderno conceito de História surge nos séculos XVI e XVII. Um recorte demasiado amplo e que não nos diz muito, mas logo em seguida aponta o elemento que considera decisivo para essa mudança: a alienação frente ao mundo. E para descrever tal alienação do homem Arendt convida para o debate, René Descartes e sua “desconfiança nas faculdades humanas”. Estava colocada em cheque a confiança nos sentidos humanos e na capacidade de perceber o mundo. A suspeita dos sentidos fora considerada o mais alto orgulho para o espírito científico da época.

Para Arendt, buscando definir o papel desse espírito moderno:

“A época moderna começou quando o homem, com o auxílio do telescópio voltou seus olhos corpóreos rumo ao universo, acerca do qual especulara durante longo tempo – vendo com os olhos do espírito, ouvindo com os ouvidos do coração e guiado pela luz interior da razão – e aprendeu que seus sentidos não eram



adequados para o universo, que sua experiência cotidiana, longe de ser capaz de constituir o modelo para a recepção da verdade e a aquisição de conhecimento, era uma constante fonte de erro e ilusão.” (ARENDR 2013, p. 85)

O fardo do espírito científico moderno para a História não foge de uma afirmação frequente que procura definir o que é a ciência moderna. O nascimento da ciência moderna se dá quando a atenção deslocou-se da busca do “que” para a investigação do “como” (ARENDR 2013, p. 88). Se não podemos conhecer algo em si, pelo fato de nossos sentidos comprometerem o que vemos, então ao menos podemos conhecer como as coisas se dão. Ou seja, o foco da iniciativa e do empreendimento científico estaria no processo de como se deu, e não no acontecimento em si.

A ideia de “processo” é fundamental neste texto de Arendt sobre a mudança na concepção de História:

“O moderno conceito de processo, repassando igualmente a história e a natureza, separa a época moderna do passado mais profundamente que qualquer outra idéia tomada individualmente. Para nossa moderna maneira de pensar nada é significativo em si e por si mesmo, nem mesmo a história e a natureza tomadas cada uma como um todo, e tampouco, decerto, ocorrências particulares na ordem física ou eventos históricos específicos. Há uma fatídica monstruosidade nesse estado de coisas. Processos invisíveis engolfaram todas as coisas tangíveis e todas as entidades individuais visíveis para nós, degradando-as a funções de um processo global.” (ARENDR 2013, p. 96)

Na noção de processo é que pode-se verificar a diferença entre a concepção de narrativa histórica dos gregos e romanos dos modernos. Para os modernos, o processo é significativo por si e o evento é conexo deste processo. Segundo aponta a autora as Historiografias gregas e romanas lidavam de modo diferente com a História. E isso não significa excluir um contexto ou elementos de causalidades, pois gregos e romanos levavam em conta tais elementos, todavia de um modo que o próprio evento fornecia as chaves para pensar as possíveis causas. Para Arendt, a noção de processo alimenta uma crença em contextos e causas desconectados do evento.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ficou claro ao lidar com o texto sobre a concepção de História antiga e moderna em Hannah Arendt que a autora faz um recuo aos gregos para contrapor um modelo de História que



parece não agradar à autora. Porém, não temos uma pista de um modelo de História proposto pela autora, e nem sequer este é a proposta do texto. Porém este texto é fundamental para iniciarmos uma leitura geral dos textos de Arendt procurando indícios de sua percepção sobre a História.

A impressão que fica, ao aprofundar nestas questões é a de que a autora tem um objetivo que liga-se ao acontecimento central de seu pensamento: os eventos totalitários. A frágil hipótese que nasce dessa impressão é a de que Arendt pretende repensar de modo crítico a leitura que fez da ciência histórica para iluminar a singularidade do fenômeno não política que fora o totalitarismo.

Para tanto, fundamentar ou refutar esta impressão que mostra-se aqui como hipótese demanda uma leitura e pesquisa de fôlego, sobretudo de duas obras da autora: *Origens do totalitarismo* e *A condição humana*. Sobretudo, uma leitura interessada, já orientada por esta perspectiva.

Origens do totalitarismo pelo fato de que é neste conjunto de textos que a autora vai construir um sentido para o surgimento dos eventos totalitários. É ali que a autora vai operar exercício o que chamou de “compreender”:

“Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século sobre nós – sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em sua, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com a atenção, e resistir a ela – qualquer que seja.” (ARENDR 2007, p. 12)

Hannah Arendt não admite o viés explicativo histórico moderno para pensar o totalitarismo, pois, segundo ela, o totalitarismo rompeu com a continuidade da história ocidental. Logo, se faz necessário forjar novas categorias para se pensar essa descontinuidade. Não se podia, segundo Arendt, pensar em processos que culminariam na política totalitária, ela prefere trabalhar com a perspectiva de que, são elementos (e não causas) que se cristalizam no fenômeno totalitário. Portanto, a máxima metodológica de causa e consequência, foi criticada e deixada de



lado no prisma de sua análise. Compreender o prisma é ao mesmo tempo levar em consideração o *ineditismo na experiência* e a importância da utilização dessa mesma experiência como próprio caminho em busca da compreensão do acontecimento político.

Hannah Arendt se posiciona para o pretérito assim como *Ângelus Novus*, quadro de Klee, citado diretamente na tese número doze sobre o conceito de história de Walter Benjamin:

“Representa um anjo que parece querer se afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. (BENJAMIN 1944, p. 226)

Podemos concluir de maneira provisória que Arendt tem um objetivo muito claro ao recuar aos gregos para pensar a História. O que ela deseja é pensar um saber que relacione-se com os eventos totalitários sem perder de vista qual é a originalidade e singularidade deste evento. Ou seja, o retorno aos gregos não é desinteressado. Muitas vezes, os feitos humanos provêm de estruturas e razões que sequer podemos integrar em uma totalidade. Para além de esquecer a singularidade, Arendt também demonstra que muitas vezes os acontecimentos humanos sequer podem ser pensados em um mundo aonde tudo é possível:

“Em meus estudos do totalitarismo, tentei mostrar que o fenômeno do totalitarismo, tentei mostrar que fenômeno totalitário, com seus berrantes traços anti-utilitários e seu estranho menosprezo pela fatalidade, se baseia, em última análise, na convicção de que tudo é possível, e não apenas permitido, moralmente ou de outra forma, como um nihilismo primitivo. Os sistemas totalitários tendem a demonstrar que a ação pode ser baseada sobre qualquer hipótese e que, no curso da ação correntemente guiada, a hipótese particular se tornará verdadeira, se tornará realidade factual e concreta. (...) Em outras palavras, o axioma do qual partiu a dedução não precisa ser, como supunham a lógica e a metafísica tradicionais, uma verdade auto-evidente; ele não necessita sequer se harmonizar com os fatos dados no mundo objetivo no momento em que a ação começa; o processo da ação, se for coerente, passará a criar um mundo no qual as hipóteses se tornam axiomáticas e auto-evidentes” (ARENDR 2013, p. 124)



O debate e uma discussão no campo teórico abre portas para continuarmos ampliando o campo de atuação e problematizando nossa maneira de pensar. O passado e a história já foram colocados como algo natural e incontestável. Os documentos oficiais eram a reprodução fiel do tempo pretérito, e cabia ao historiador reproduzir tais fatos. O debate atual é sobre a incapacidade de se repetir em laboratório o que aconteceu no passado, e como a interpretação e a perspectiva de futuro influencia na eterna reconstrução do passado, sua escrita e pesquisa.

Ou seja, o passado é sempre construído e reconstruído sob um paradigma. A operação histórica é feita em determinada cultura, sob determinados pontos de vista. Por trás de um discurso que demanda rigor metodológico e um caráter de previsibilidade, existe uma concepção estética, uma forma em contraste com essa mesma cultura que a produção do conhecimento histórico está situada. E o século XIX que fundou o paradigma científico nos marcou com um ranço muito profundo, sendo a ciência o único caminho possível. E uma ciência, como já citada antes, calcada na demonstração e na previsibilidade.

No século XIX com o surgimento da ciência história a perspectiva era a de que quanto maior o rigor metodológico e procedimental do passado, maior seria nossa consciência histórica. Mas em contraste com esse argumento, a partir de uma questão, podemos pensar e problematizar esse paradigma: a que se presta a História? Qual seria a importância da elaboração de quadros demonstrativos do passado, buscando sempre um aperfeiçoamento fiel da maneira como ocorreu? Será que esse mesmo tipo de história não torna nós historiadores reféns de algo que é a confusão comum entre historiador e aquela que sabe tudo que o correu no passado, reféns da nossa própria erudição?

Nossa escrita da História não está sob uma topografia neutra e imparcial, mas sim dentro de um jogo de escolhas estéticas. A neutralidade, outro valor importante na fundação da ciência e da própria ciência histórica, nos colocou uma impressão de que devemos buscar o passado com afinco e que quanto maior for esse valor, mais perto estaríamos de uma provável demonstração do passado.

REFERÊNCIAS



ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 11ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, Arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.